

LUIZ GUILHERME MARINONI  
SÉRGIO CRUZ ARENHART

# PROVA E CONVICÇÃO

6<sup>a</sup> edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS®**



*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiários:* Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**MILUSA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Thyara Pina da Silva

*Analistas de Operações Editoriais:* Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felicio, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Adaptação capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Marinoni, Luiz Guilherme

Prova e Convicção / Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart. -- 6. ed.  
rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0861-4

1. Processo civil
2. Processo civil - Brasil
3. Processo de conhecimento - Brasil
4. Prova (Direito)
5. Prova (Direito) - Brasil I. Arenhart, Sérgio Cruz. II. Título.

22-120852

CDU-347.941(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Prova : Processo civil 347.941(81)
- Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

# SUMÁRIO

## PARTE I

1.	INTRODUÇÃO .....	25
2.	RELAÇÕES ENTRE VERDADE E PROVA .....	27
2.1	A verdade como o pressuposto para a prova .....	27
2.2	Pressupostos do princípio da verdade substancial.....	29
2.3	Verdade substancial e verdade formal.....	33
2.4	Verdade e verossimilhança .....	36
2.5	A teoria de HABERMAS e a verdade .....	46
2.6	Verdade e procedimento.....	50
2.7	A concepção de MICHELE TARUFFO .....	55
2.8	Verdade, pretensão de verdade e processo .....	58
3.	FINALIDADE DA PROVA .....	63
4.	DEFINIÇÃO DE PROVA .....	69
5.	A COGNIÇÃO .....	75
5.1	A importância da técnica da cognição para a construção de procedimentos adequados aos casos concretos .....	75
5.2	A técnica da cognição.....	77
5.2.1	A cognição como amplitude e verticalização do conhecimento judicial.....	77
5.2.2	A cognição no sentido horizontal.....	78
5.2.3	A restrição da alegação não pode obstaculizar o acesso à justiça .....	80
5.2.4	O controle da legitimidade dos procedimentos que limitam a defesa .....	81
5.2.5	A técnica da cognição sumária .....	83
5.2.6	A impropriedade de se falar em juízo de probabilidade para se aludir à cognição sumária .....	86
5.2.7	A relação entre o juízo provisório e o caso concreto .....	88
5.2.8	A relação entre a intensidade da participação e a coisa julgada material .....	89
5.2.9	A decisão de cognição exauriente que não gera coisa julgada material.....	90
5.2.10	Cognição exauriente, mas não definitiva .....	91

5.2.11	A cognição exauriente segundo a eventualidade da prova.....	92
5.2.12	O procedimento de cognição exauriente segundo a eventualidade da prova contra os sujeitos privados .....	93
5.2.13	Cognição exauriente diante da não apresentação de embargos .....	94
5.2.14	Estabilização da tutela e ônus da prova na ação inversa.....	94
6.	A QUESTÃO DO CONVENCIMENTO JUDICIAL .....	97
6.1	Busca da verdade e convicção de verdade .....	97
6.2	Convicção de verdade e participação do juiz .....	99
6.3	Limitações da prova pelo processo .....	101
6.4	A tese sueca sobre o convencimento judicial .....	102
6.5	Aacentuação da função da verossimilhança. <i>Överviktsprincip, Überwiegensprinzip</i> e verossimilhança preponderante .....	103
6.6	A tese de GERHARD WALTER .....	104
6.7	Objeções à tese da verossimilhança preponderante .....	106
6.8	O convencimento judicial e a regra do ônus da prova.....	107
6.9	Os direitos difusos e coletivos e as hipóteses em que a lei afirma que a sentença de improcedência por insuficiência de provas não gera coisa julgada material .....	112
7.	CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTAIS PARA A ADEQUADA COMPREENSÃO DO TEMA DA PROVA....	117
7.1	Prova-se o fato ou a afirmação do fato? .....	117
7.2	Fato direto (primário) e fato indireto (secundário) .....	118
7.3	Prova direta e prova indireta.....	118
7.4	Precisão dos conceitos de indício, prova indiciária, raciocínio presuntivo e presunção .....	121
7.5	Sobre presunção e juízo.....	123
7.6	Juízo sobre o mérito: “juízo final” e “juízo provisório” .....	124
7.7	Juízo sobre o mérito e “juízo instrumental”.....	125
7.8	Normas de juízo e elementos sobre os quais o juízo de mérito incide ...	126
7.9	Presunção, regra de experiência e fato notório (breve distinção) .....	128
8.	FACTOS QUE NÃO DEPENDEM DE PROVA .....	129
8.1	Prévia consideração .....	129
8.2	Fatos notórios .....	129
8.3	Confissão .....	131
8.4	Não contestação .....	134
8.4.1	O dever de contestar na forma específica, suas exceções e os efeitos da sua inobservância.....	134
8.4.2	Não contestação e julgamento antecipado parcial do mérito (art. 356, I, do CPC).....	138
8.4.3	Contestação genérica .....	140
8.4.4	Comparecimento e não apresentação de contestação.....	143
8.5	Presunção legal de existência ou de veracidade .....	144

---

9.	PROVA DOS DIREITOS MUNICIPAL, ESTADUAL, ESTRANGEIRO E CONSUETUDINÁRIO .....	147
9.1	Ónus de demonstrar o direito alegado.....	147
9.2	“Alegação do direito” .....	148
9.3	Direito municipal, direito estadual e direito estrangeiro.....	148
9.4	Costume, fato notório e regra de experiência .....	148
10.	AS PRESUNÇÕES.....	151
10.1	Introdução .....	151
10.2	Presunções judiciais.....	153
10.3	Presunções legais relativas .....	157
10.4	Presunções legais absolutas.....	159
10.5	Conflitos entre presunções.....	162
11.	REGRAS DE EXPERIÊNCIA .....	163
11.1	Regras de experiência comum e regras de experiência técnica .....	163
11.2	Regras de experiência comum e regras gerais retiradas da experiência através da via indutiva .....	164
11.3	Controle da aplicação das regras de experiência. A importância da motivação .....	165
11.4	Critérios para o controle das regras de experiência comum.....	166
11.5	Regras de experiência comum a respeito de questões técnicas, regras de experiência técnica e necessidade de auxílio de profissional técnico .....	170
11.6	Critérios para o controle das regras de experiência técnica .....	171
12.	DEVER DE COLABORAÇÃO PARA A ELUCIDAÇÃO DOS FATOS .....	173
12.1	Dever de colaboração com o Poder Judiciário .....	173
12.2	Exclusão do dever de colaboração.....	174
12.3	O dever de colaboração e o dever de lealdade processual .....	177
12.4	O dever de lealdade e a fixação dos fatos controvertidos .....	178
12.5	Deveres de colaboração impostos à parte .....	179
12.6	Sanções às violações dos deveres de colaboração e de veracidade.....	180
12.7	Os terceiros e o dever de colaboração .....	183
12.8	Exigibilidade do dever de colaboração frente aos terceiros.....	183
12.9	Colaboração de terceiro e contraditório .....	184
13.	ÔNUS DA PROVA .....	185
13.1	O sentido da distribuição do ônus da prova.....	185
13.2	Conceito de ônus, ônus da prova e risco na não produção da prova .....	193
13.3	Fatos constitutivos, impeditivos, modificativos e extintivos .....	196
13.4	Prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos e contraprova .....	199
13.5	Ônus da prova e ônus da alegação .....	200
13.6	Ônus da prova na ação declaratória negativa .....	201
13.7	A decisão de saneamento e de organização, a fixação dos fatos controvertidos e o deferimento das provas.....	204
13.8	Direito de produzir prova e ônus da prova.....	204

13.9	O estado de dúvida, o dever de decidir e a regra do ônus da prova.....	206
13.10	As tentativas de expulsar a dúvida: o princípio da verossimilhança preponderante e a ideia de que a falta de convicção judicial faz surgir uma sentença que não produz coisa julgada material. Crítica .....	206
13.11	Ônus da prova, princípio da aquisição da prova e prova de ofício.....	209
13.12	Posse do documento e ônus da prova documental .....	210
13.13	Posse do documento e ônus da prova pericial .....	212
13.14	O procedimento da exibição (arts. 396-404, CPC) e o direito de a parte se recusar a apresentar o documento ou contestar a sua posse.....	213
13.15	A presunção de veracidade do art. 400 do CPC, a inversão do ônus da prova e a prova pericial que não pode ser produzida em razão da não entrega do documento em juízo .....	214
13.16	As simples posse do meio de prova não é critério justificativo da inversão do ônus da prova .....	215
13.17	A recusa à perícia médica e a inversão do ônus da prova.....	215
13.18	A recusa do terceiro ao exame médico .....	217
13.19	As diversas necessidades do direito material e a possibilidade de tratamento diferenciado do ônus da prova na ausência de lei .....	219
13.20	O Código de 2015 e as situações em que as circunstâncias do caso requerem tratamento diferenciado da regra do ônus da prova: redução das exigências de prova e inversão do ônus da prova.....	221
13.21	A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor.....	223
13.22	Ônus da prova, convicção e motivação.....	232
13.23	A inversão voluntária unilateral do ônus da prova .....	233
13.24	Modificação convencional do ônus da prova.....	234
13.25	Convenção sobre o ônus da prova e direito indisponível.....	236
13.26	Convenção que torna excessivamente difícil à parte o exercício do direito .....	237
<b>14.</b>	<b>A REDUÇÃO DAS EXIGÊNCIAS DE PROVA PARA A FORMAÇÃO DO CONVENCIMENTO DO JUIZ...</b>	<b>239</b>
14.1	Facilitação da prova, inversão da prova e formação do convencimento judicial .....	239
14.2	A redução das exigências da prova como consequência da necessidade de se viabilizar tutela jurisdicional efetiva aos direitos .....	243
14.3	A importância do plano do direito material para a elaboração da convicção .....	243
14.4	A sociedade de risco e a prova da causalidade.....	245
14.5	A relação das violações de deveres profissionais e de normas de proteção e de prevenção de acidentes com a prova da causalidade.....	246
14.6	O dano provocado pelas chamadas emissões intoleráveis e a prova da causalidade .....	251
14.7	A prova da simulação .....	254
<b>15.</b>	<b>FATO TEMIDO E PROVA.....</b>	<b>257</b>
15.1	A necessidade de alteração de paradigma para se compreender a prova em face da ação inibitória .....	257

---

15.2	A ação inibitória, o dano e a culpa. Art. 497, parágrafo único, CPC.....	261
15.3	A ameaça e a ilicitude .....	264
15.4	A questão da prova da ameaça diante do mandado de segurança e do interdito proibitório .....	266
15.5	A prova da ameaça no direito estrangeiro .....	270
15.6	Reconstrução crítica da prova da ameaça .....	273
15.6.1	A importância da compreensão do mecanismo da presunção para a aferição da ameaça .....	273
15.6.2	A formação da convicção nas diferentes espécies de ações inibitórias .....	277
15.6.3	A impossibilidade de produção de prova da ameaça.....	278
16.	PROVA ILÍCITA .....	283
16.1	As provas típicas e atípicas .....	283
16.2	Os planos dos fatos e das provas.....	285
16.3	A ilicitude da prova diante da existência ou não de processo, da natureza do direito violado e da qualidade do violador .....	286
16.4	Ilicitude no plano do direito material: (i) na obtenção da prova pré-constituída, (ii) na obtenção das informações consubstanciadoras da declaração testemunhal, (iii) na formação e na produção da prova e (iv) na utilização da prova pré-constituída.....	287
16.5	Ilicitude no plano do direito processual: i) na admissão da prova e ii) na produção da prova .....	287
16.6	A gravidade da violação .....	288
16.7	A prova obtida com violação de regra processual que não implica lesão a direito fundamental. Consequências .....	290
16.8	A norma constitucional que proíbe as provas “obtidas por meios ilícitos”.....	291
16.9	Fundamento e significado do art. 5.º, LVI, da CF .....	291
16.10	A opção do processo penal e a ausência de opção no âmbito do processo civil .....	292
16.11	A proibição da prova ilícita no processo civil e o postulado da proporcionalidade.....	294
16.12	A contaminação das provas vinculadas fática e juridicamente à ilícita. A teoria dos frutos da árvore envenenada .....	298
16.13	Exceções à teoria dos frutos da árvore envenenada: o “descobrimento inevitável” ( <i>inevitable discovery exception</i> ) e o “descobrimento provavelmente independente” ( <i>hypothetical independent source rule</i> ) .....	300
16.14	O problema da obtenção de informações de modo ilícito e da prova testemunhal que pode nelas se basear .....	301
16.15	A teoria da descontaminação do julgado .....	302
17.	A MOTIVAÇÃO .....	305
17.1	Introdução .....	305
17.2	A prova e a motivação.....	306

17.2.1	A motivação quando das fases de admissão e de produção da prova .....	306
17.2.2	O relatório dos fatos controvertidos e das provas das partes...	309
17.2.3	A explicação do conteúdo das provas.....	310
17.2.4	A motivação da prova indiciária e da presunção.....	311
17.2.5	Motivar não é apenas se basear nas provas que convergem na direção da hipótese vencedora. O art. 489, § 1.º, IV do CPC....	312
17.2.6	A necessidade de motivação de todas as provas produzidas ...	314
17.3	Raciocínio probatório, decisão e justificação.....	315
17.3.1	O método lógico-dedutivo, a nova retórica de Perelman e a justificação racional .....	315
17.3.2	Raciocínios probatório, decisório e justificativo .....	317
17.3.3	A justificação da credibilidade das provas .....	318
17.3.4	A credibilidade da prova e a sua valoração individualizada ....	320
17.3.5	O percurso do raciocínio do juiz entre a prova e o fato .....	321
17.3.6	O raciocínio entre o indício e o fato essencial.....	321
17.3.7	Valoração individual e valoração conjunta.....	325
17.3.8	A valoração conjunta .....	326
17.3.9	A relação entre as dimensões analítica e sintética .....	326
17.3.10	Coerência narrativa e construção da verdade processual .....	327
17.3.11	A coerência lógica .....	329
17.3.12	A congruência.....	329
17.3.13	Os graus da coerência e da congruência .....	331
17.3.14	Uma melhor explicação da integração entre os métodos analítico e sintético .....	331
18.	A COMPREENSÃO DE ALGUMAS “PROVAS ESPECIAIS” .....	335
18.1	Introdução .....	335
18.2	A prova escrita.....	336
18.2.1	Não há definição legal de prova escrita no direito brasileiro...	336
18.2.2	A “prova escrita” diante dos escopos do procedimento monitório.....	336
18.2.3	A distinção entre a prova escrita suficiente para a concessão do mandado e a prova escrita capaz de autorizar a tutela antecipatória nos embargos ao mandado .....	338
18.2.4	Segue: a “prova escrita” que viabiliza a ação monitória .....	340
18.2.5	A prova escrita pode ser composta por dois ou mais escritos suficientes para fazer surgir um razoável índice de probabilidade de que o autor é o titular do direito que afirma possuir ....	341
18.2.6	A dupla face do procedimento monitório diante da problemática da cognição.....	342
18.2.7	A cognição exauriente <i>secundum eventum defensionis</i> e a cognição exauriente por ficção legal .....	342
18.2.8	A natureza do procedimento dos embargos ao mandado.....	343
18.2.9	O erro de pensar que o procedimento monitório não pode ser utilizado nas causas que exigem cognição plena e exauriente .....	344

---

18.2.10 Consequência da constatação de que o procedimento monitorio viabiliza a ampla defesa: a possibilidade de uma melhor compreensão do conceito de prova escrita .....	344
18.3 A prova do chamado “direito líquido e certo” .....	345
18.4 A prova na tutela antecipada .....	351
19. O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO, O PRINCÍPIO DA ORALIDADE E A PROVA.....	379
20. REEXAME DA PROVA DIANTE DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO .....	387
20.1 Aferição dos critérios jurídicos para a utilização da prova e para a formação da convicção judicial .....	387
20.2 Prova, motivação e qualificação jurídica dos fatos.....	391
20.3 Prova essencial à validade do ato jurídico.....	393
20.4 Uso de prova incompatível com determinado procedimento .....	393
20.5 Discussão sobre a qualidade da prova necessária ao uso do procedimento .....	394
20.6 Convicção de verossimilhança .....	394
20.7 Desconsideração da convicção suficiente .....	395
20.8 Redução das exigências de prova e direito material .....	396
20.9 Inversão do ônus da prova, verossimilhança da alegação e hipossuficiência. O art. 373, § 1º, do CPC e a “excessiva dificuldade” de produzir a prova .....	397
20.10 Determinação da credibilidade da prova .....	400
20.11 Regras de experiência e presunções judiciais .....	401
20.12 Começo de prova escrita .....	401
20.13 Fatos que apenas podem ser demonstrados mediante as provas documental e pericial .....	402
20.14 Valor da prova pericial.....	403
20.15 A questão da coerência lógica da decisão .....	404
20.16 A congruência da decisão .....	404
20.17 Erro na compreensão da prova em abstrato .....	405
20.18 Prova ilícita .....	406
20.19 Decisão acerca de fatos que não dependem de prova .....	406
20.20 Recurso especial e admissão de revisão de condenações em valores irrisórios ou exagerados .....	410
21. A CONDUTA PROCESSUAL DOS SUJEITOS COMO MEIO DE PROVA.....	413
21.1 A importância do comportamento dos sujeitos para o processo .....	413
21.2 A valoração legal da conduta processual dos sujeitos .....	414
21.3 A conduta dos sujeitos processuais como prova atípica .....	416
22. A PROVA ESTATÍSTICA.....	419
22.1 Questões preliminares.....	419
22.2 Classificação da prova estatística .....	425
22.3 Condições para a admissão da prova estatística e sua valoração .....	427

23.	FATOS CONSTITUCIONAIS.....	431
23.1	Introdução .....	431
23.2	Fatos constitucionais e fatos do caso .....	432
23.3	Os fatos legislativos enquanto fatos constitucionais.....	433
23.4.	A concretização das normas constitucionais com base nos fatos .....	437
23.5	A experiência das Cortes quanto aos fatos constitucionais.....	440
24.	A NATUREZA DAS REGRAS SOBRE PROVA.....	449
24.1	A visão da natureza material das regras sobre prova .....	449
24.2	A ótica da natureza processual das regras sobre prova .....	451
24.3	Uma tese conciliatória.....	452
24.4	A orientação aqui defendida .....	454
25.	CONVENÇÕES PROCESSUAIS EM MATÉRIA DE PROVA .....	457
25.1	Liberdade e processo civil .....	457
25.2	Convenção processual, liberdade e fins do processo .....	461
25.3	Convenção sobre a prova e convicção judicial.....	462
25.4	Convenção em benefício da formação da convicção.....	463
25.5	Convenção sobre prova e regra de exclusão .....	464
25.6	Poderes do juiz e convenção sobre a prova .....	465
25.7	Convenção sobre prova e imprescindibilidade da devida convicção para a realização do direito fundamental à tutela jurisdicional e para o cumprimento do dever de o juiz prestá-la devidamente .....	466
25.8	Convenção limitadora da prova e arbitragem .....	470
25.9	Os terceiros e a sociedade como destinatários da prova .....	471
25.10	Convenção sobre prova e coisa julgada sobre questão .....	472
25.11	A importância da devida informação sobre os fatos para o desenvolvimento do direito e para a garantia da sua unidade .....	476
25.12	Convenção sobre prova, segurança jurídica, liberdade e igualdade .....	479

## PARTE II

1.	DA ATA NOTARIAL .....	485
2.	DO DEPOIMENTO DA PARTE .....	489
2.1	Considerações gerais.....	490
2.2	Depoimento da parte e interrogatório livre .....	490
2.3	Sujeitos do depoimento.....	492
2.3.1	Representantes e depoimento da parte .....	494
2.4	Natureza jurídica do depoimento.....	498
2.5	Interrogatório livre.....	499
2.5.1	Confissão ficta e interrogatório livre .....	500
2.5.2	Regime diferenciado do interrogatório livre em relação ao depoimento da parte .....	502
2.5.3	Interrogatório de incapaz.....	503
2.5.4	Colheita do interrogatório livre.....	504

---

2.6	Depoimento da parte .....	506
2.6.1	Depoimento de estrangeiro .....	508
2.6.2	Juízo de admissibilidade do depoimento da parte .....	509
2.6.3	Depoimento e dever de dizer a verdade .....	509
2.6.4	Intimação pessoal para o depoimento .....	512
2.6.5	Momento da produção do depoimento .....	514
2.6.6	Confissão ficta.....	515
2.6.7	Ausência justificada ao depoimento.....	517
2.6.8	Imposição da confissão ficta por ausência injustificada do depoente .....	518
2.6.9	Natureza da presunção decorrente da confissão ficta .....	518
2.6.10	Exclusão de efeitos da confissão ficta .....	521
2.6.11	Antecipação da colheita do depoimento da parte .....	522
2.7	Regime do depoimento da parte e do interrogatório livre.....	523
2.7.1	Forma da produção do depoimento da parte .....	524
2.7.2	Oralidade do depoimento da parte.....	526
2.7.3	Isolamento do depoente.....	528
2.7.4	Comparecimento pessoal do depoente. Depoimento por procurador.....	529
2.7.5	Objeto do depoimento .....	532
2.7.6	Ausência do dever de articulação prévia dos fatos.....	532
2.7.7	Oferecimento escrito do depoimento.....	533
2.7.8	Escritos e consulta a notas breves.....	533
2.8	A confissão ficta no depoimento da parte .....	535
2.8.1	Justo motivo.....	536
2.8.2	Evasivas que geram confissão ficta .....	537
2.8.3	Declaração de motivo justo .....	538
2.8.4	Esquecimento, ignorância e confissão ficta .....	539
2.9	Regras de exclusão do dever de depor .....	542
2.9.1	Imputação de fatos criminosos ou torpes .....	544
2.9.2	Dever de sigilo .....	547
2.9.3	Desonra própria ou a parente em grau sucessível.....	549
2.9.4	Risco de vida ao depoente ou a parente em grau sucessível ....	550
2.9.5	O sujeito da avaliação da regra de privilégio.....	550
2.9.6	Exceções às regras de exclusão.....	551
3.	DA CONFISSÃO .....	553
3.1	Conceito de confissão .....	554
3.2	Natureza da confissão .....	557
3.3	Elementos da confissão .....	558
3.4	Confissão e institutos afins.....	562
3.5	Confissão efetiva e confissão ficta.....	565
3.6	Força vinculante da confissão. Duplo valor da confissão .....	567
3.7	Confissão judicial e extrajudicial .....	568
3.8	Confissão espontânea e provocada.....	570
3.9	Confissão prestada a juiz incompetente .....	571

3.10	Confissão por representante.....	572
3.10.1	Poderes especiais do mandato para a confissão .....	574
3.10.2	Força vinculante da confissão prestada por representante .....	575
3.11	Eficácia subjetiva da confissão judicial. Confissão como ato negocial e como meio de prova.....	576
3.11.1	Valor da confissão perante os herdeiros do confitente .....	577
3.11.2	Confissão e litisconsórcio .....	578
3.12	Os cônjuges e a confissão .....	580
3.13	Confissão e direitos indisponíveis .....	581
3.13.1	Limitação objetiva à eficácia da confissão .....	582
3.13.2	Indisponibilidade do direito e eficácia da confissão .....	583
3.13.3	Outros limites objetivos à eficácia da confissão .....	583
3.14	Confissão como ato de vontade. Os vícios da vontade e a confissão .....	584
3.14.1	Vícios de consentimento e confissão .....	585
3.14.2	Erro de fato e coação na confissão .....	586
3.14.3	Particular condição do dolo em relação à confissão.....	587
3.14.4	Erro que legitima a anulação da confissão .....	589
3.14.5	Erro de direito e confissão .....	591
3.14.6	Coação física, coação moral e confissão .....	592
3.14.7	Outros vícios do consentimento e anulação da confissão .....	594
3.14.8	Vias processuais para a anulação da confissão .....	595
3.14.9	Ação anulatória e confissão .....	596
3.14.10	Ação anulatória e pendência do exame da confissão pelo tribunal.....	596
3.14.11	Ação rescisória e confissão .....	597
3.14.12	<i>Iudicium rescissorium</i> e confissão.....	598
3.14.13	Legitimação ativa para as ações .....	599
3.14.14	Antecipação de tutela nestas ações.....	600
3.15	Eficácia da confissão extrajudicial.....	601
3.15.1	Confissão extrajudicial verbal e escrita .....	602
3.15.2	Fundamento para o regime diferenciado da confissão escrita e oral .....	602
3.15.3	Prova literal.....	603
3.16	Indivisibilidade da confissão .....	603
3.16.1	Confissão simples e complexa.....	604
3.16.2	Divisibilidade da confissão.....	606
3.16.3	Natureza da presunção decorrente da indivisibilidade da confissão .....	607
4.	DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA .....	609
4.1	Colocação da matéria .....	609
4.2	Exibição e dever de colaboração.....	610
4.3	O incidente de exibição .....	612
4.3.1	Natureza da exibição.....	612
4.3.2	Fundamento do dever de exibição .....	613
4.3.3	Pessoas sujeitas ao dever de exibição .....	615

---

4.3.4	Objeto da exibição .....	617
4.4	O incidente de exibição contra a parte.....	619
4.4.1	Deliberação preliminar sobre a exibição .....	622
4.4.2	Intimação do requerido para a exibição e condutas possíveis.....	623
4.4.3	Instrução do incidente de exibição.....	625
4.4.4	Inadmissibilidade da recusa à exibição .....	626
4.4.5	Decisão do incidente contra a parte.....	629
4.4.6	Excludentes da presunção .....	634
4.5	Ação de exibição contra terceiro.....	634
4.5.1	Determinação de ofício da exibição em face de terceiro.....	635
4.5.2	Dever de exibição do terceiro .....	636
4.5.3	Atitude do terceiro frente à ação de exibição .....	637
4.5.4	Decisão da exibição contra terceiro .....	639
4.5.5	Cumprimento espontâneo da ordem de exibição.....	641
4.5.6	Recusa no cumprimento da exibição pelo terceiro .....	641
4.5.7	Destinação do documento após a exibição .....	642
4.6	Regras de privilégio .....	643
4.6.1	Documentos referentes a negócios da família.....	644
4.6.2	Violação do dever de honra, desonra e perigo de ação penal.....	646
4.6.3	Sigilos .....	648
4.6.4	Outras hipóteses de exclusão do dever de exibir .....	649
4.6.5	Possibilidade da exibição não obrigatória .....	649
4.6.6	Exibição parcial .....	650
4.7	Exibição de documento pelo Poder Público .....	650
4.7.1	Fundamento do dever de colaboração da Administração Pública.....	651
4.7.2	Função subsidiária do art. 438 do CPC .....	655
4.7.3	Procedimento da requisição de documentos à Administração Pública.....	656
4.7.4	Cópias dos documentos e restituição dos originais .....	658
5.	DA PROVA DOCUMENTAL .....	661
5.1	Noções introdutórias .....	662
5.2	Definição.....	664
5.3	Documento e prova documental .....	667
5.4	Documento, instrumento e monumento.....	669
5.5	Elementos da prova documental. Início de prova escrita.....	670
5.6	Autoria do documento. Documento público e particular. Subscrição. Autenticidade.....	675
5.7	Prova documental e novos meios tecnológicos .....	678
5.7.1	A fotografia digital .....	688
5.8	Documentos por <i>fac-símile</i> .....	690
5.9	Força probante dos documentos públicos.....	692
5.9.1	Documento público .....	692
5.9.2	Documento e instrumento público .....	693

5.9.3	Prova da formação e do ocorrido na presença do oficial público.....	695
5.9.4	Documento público e agentes públicos.....	698
5.10	As cópias de documentos públicos e particulares e seu valor probante .....	701
5.10.1	Classificação das cópias .....	701
5.10.2	Valor probante das reproduções .....	702
5.10.3	Condicionantes do valor probatório da cópia .....	702
5.10.4	Ressalva quanto à concordância do valor probante da cópia ....	707
5.10.5	Cópias por <i>fac-símile</i> .....	707
5.11	Documentos essenciais .....	708
5.11.1	Exceções à regra do documento essencial .....	710
5.11.2	Forma natural ao negócio jurídico .....	712
5.12	Documento público irregular .....	713
5.12.1	Conversão e subscrição .....	716
5.13	Documento particular. Definição e elementos .....	717
5.13.1	Valor probante do documento particular .....	720
5.13.2	Declarações narrativas e constitutivas .....	723
5.14	Autenticidade .....	724
5.14.1	Autenticação. Reconhecimento de firma .....	726
5.15	Data do documento .....	727
5.15.1	Avaliação da data do documento .....	729
5.16	Autoria do documento .....	731
5.16.1	Autoria e subscrição. Exame da autoria do documento .....	732
5.16.2	Dispensa de subscrição .....	733
5.16.3	Impugnação de autenticidade .....	734
5.16.4	Eficácia probatória do documento e autenticidade .....	739
5.17	Indivisibilidade do documento .....	741
5.18	Provas documentais por telegrama, radiograma ou outro meio de transmissão .....	742
5.18.1	Critérios de eficácia probante dos meios de transmissão de dados .....	743
5.18.2	Valor probante dos meios de transmissão de dados .....	745
5.18.3	Presunção de conformidade .....	745
5.18.4	Recepção por terceiro .....	746
5.19	Documentos unilaterais .....	747
5.19.1	Noções elementares dos documentos unilaterais: cartas e registros domésticos .....	748
5.19.2	Valor probante dos documentos unilaterais .....	749
5.19.3	Eficácia probatória das notas do credor no título de obrigação .....	753
5.20	Força probante dos livros empresariais .....	755
5.20.1	Força probante dos livros empresariais e confissão .....	756
5.20.2	Prova dos livros empresariais a favor do empresário .....	758
5.20.3	Força probante dos escritos mercantis e prova solene .....	762
5.20.4	Indivisibilidade da escritura contábil .....	763

---

5.20.5	Indivisibilidade da escrituração contábil e prova a favor e contra o empresário .....	764
5.20.6	Presunção relativa de indivisibilidade .....	765
5.20.7	Incidente de exibição de documentos empresariais .....	766
5.20.8	Exibição parcial de documentos empresariais.....	774
5.21	Provas documentais não escritas .....	775
5.21.1	Valor probatório das reproduções mecânicas. Conformidade .....	777
5.21.2	Impugnação da reprodução e verificação da conformidade....	779
5.21.3	Reproduções fonográficas e interceptação telefônica .....	780
5.22	Reproduções de documentos particulares e seu valor probante.....	780
5.23	Força probante das cópias de documentos particulares.....	783
5.24	A prova fotográfica .....	784
5.25	Valor probante de documentos defeituosos.....	785
5.25.1	Documentos defeituosos sem ressalva .....	787
5.26	Falsidade documental .....	788
5.26.1	Modalidades de falsificação.....	790
5.26.2	Valor probante do documento falso .....	792
5.26.3	Cessação da fé de documentos particulares.....	793
5.27	A arguição de falsidade documental .....	800
5.27.1	Natureza da arguição incidental da falsidade documental....	801
5.27.2	Objeto da arguição de falsidade.....	802
5.27.3	Arguição de falsidade material e ideológica.....	805
5.27.4	Ônus da prova na arguição de falsidade documental.....	809
5.27.5	Momento da arguição do incidente de falsidade.....	812
5.27.6	Legitimidade e interesse para o incidente.....	815
5.27.7	Processos em que é cabível o incidente .....	819
5.27.8	Procedimento do incidente de falsidade.....	820
5.27.9	Natureza jurídica do ato do juiz que encerra o incidente .....	826
5.28	Produção da prova documental .....	833
5.28.1	Documentos novos .....	839
5.28.2	Contraditório na produção da prova documental .....	843
6.	DA PROVA TESTEMUNHAL .....	847
6.1	Primeiras considerações.....	848
6.2	Objeto da prova testemunhal .....	849
6.3	Testemunha referencial .....	850
6.4	Teleconferência .....	850
6.5	Fatos confessados.....	852
6.6	Dispensa da prova testemunhal sobre fatos já provados documentalmente .....	852
6.7	Fatos que só podem ser provados por outros meios de prova .....	853
6.8	Inexistência de cerceamento de defesa no indeferimento da prova testemunhal .....	856
6.9	Prova exclusivamente testemunhal.....	856

6.9.1	Prova exclusivamente testemunhal e interpretação do contrato .....	856
6.9.2	Terceiros e proibição da prova exclusivamente testemunhal ....	857
6.9.3	Documento proveniente de qualquer das partes .....	857
6.9.4	Começo de prova escrita e probabilidade .....	858
6.9.5	Começo de prova escrita e documento.....	859
6.9.6	Começo de prova escrita e terceiro.....	859
6.9.7	Impossibilidade moral ou material de obtenção de prova escrita .....	860
6.9.8	Prova testemunhal e a prova do pagamento e da remissão de dívida.....	860
6.10	Fatos sempre comprováveis por testemunhas .....	861
6.10.1	Prova testemunhal na simulação.....	861
6.10.2	Sujeito interessado e emprego da prova testemunhal .....	862
6.10.3	Princípio da contagiação e cindibilidade do negócio jurídico...	862
6.11	Condição subjetiva da testemunha.....	863
6.11.1	Depoimento de menor .....	865
6.11.2	Interdito por demência e doente mental .....	866
6.11.3	Cego e surdo .....	868
6.11.4	Impedimento .....	869
6.11.5	Cônjugue, companheiro, ascendente, descendente e colateral.....	869
6.11.6	Admissão do depoimento do cônjuge, do companheiro, do ascendente, do descendente e do colateral .....	871
6.11.7	Impedimento da parte e de pessoas diretamente ligadas aos sujeitos principais do processo .....	871
6.11.8	Inimigo e amigo íntimo.....	873
6.11.9	Interessado no litígio .....	874
6.11.10	Depoimento na qualidade de informante .....	875
6.12	Regras de exclusão. Cônjugue, companheiro e parentes .....	877
6.12.1	Sigilo profissional .....	878
6.12.2	Limitação da exclusão do dever de depor ao fato específico ...	879
6.12.3	Exclusão do dever de depor e informante .....	879
6.13	Da produção da prova testemunhal.....	880
6.13.1	Requerimento da prova testemunhal .....	882
6.13.2	Arbitramento do prazo pelo juiz .....	883
6.13.3	Critérios para a fixação do prazo .....	884
6.13.4	Contagem do prazo para a apresentação do rol de testemunhas .....	884
6.13.5	Qualificação da testemunha .....	885
6.13.6	Unidade da audiência.....	885
6.13.7	Desistência da testemunha arrolada .....	885
6.13.8	Preclusão da impugnação .....	886
6.13.9	Embargos à execução .....	886
6.13.10	Limite do número de testemunhas.....	886
6.13.11	Substituição de testemunha arrolada .....	887

---

6.13.12 Juiz da causa como testemunha .....	889
6.13.13 Princípios da oralidade e da imediatidate e local da colheita do depoimento das testemunhas.....	889
6.13.14 Oitiva de autoridades .....	890
6.13.15 Procedimento para a colheita do depoimento de autoridade .....	891
6.13.16 O comparecimento da testemunha .....	892
6.13.17 A intimação da testemunha para o depoimento .....	892
6.13.18 Oitiva das testemunhas .....	894
6.13.19 Contradita da testemunha.....	897
6.13.20 Exclusão do dever de depor .....	898
6.13.21 Advertência à testemunha de dizer a verdade.....	898
6.13.22 Registro do depoimento .....	899
6.13.23 Poderes instrutórios do juiz e prova testemunhal .....	900
6.13.24 Testemunha referida .....	900
6.13.25 Acareação.....	902
6.13.26 Depoimento como <i>munus</i> público.....	903
6.14 Impossibilidade de produzir prova em audiência .....	904
6.14.1 Provas que devem ser feitas em audiência e provas que podem ser complementadas em audiência.....	904
6.14.2 O princípio da oralidade .....	904
6.14.3 Exceções ao dever de prestar depoimento pessoal em audiência .....	904
6.14.4 Não comparecimento à audiência sem justificativa prévia .....	905
6.14.5 A questão do depoimento antecipado .....	905
6.15 Produção de provas mediante cartas precatória e rogatória .....	906
6.15.1 Produção de prova através de carta precatória ou carta rogatória e suspensão do processo .....	906
6.15.2 Carta devolvida até o “julgamento final” (quando já interposto recurso de apelação) .....	907
7. DA PROVA PERICIAL .....	909
7.1 A colaboração técnica para a formação do juízo .....	910
7.2 O perito e os assistentes técnicos.....	915
7.3 O direito ao perito competente e imparcial.....	916
7.4 Rejeição da prova técnica .....	917
7.5 Modalidades de prova pericial.....	918
7.6 Exigibilidade da submissão à prova pericial .....	919
7.7 Terceiros estranhos ao processo e impugnação contra a imposição de prova pericial .....	921
7.8 Prazo para o laudo pericial e para os pareceres técnicos .....	921
7.9 Prazo para a apresentação de quesitos e de assistente técnico.....	921
7.10 Inquirição do perito e dos assistentes .....	923
7.11 Fixação de honorários periciais.....	924
7.12 Dever de cumprimento escrupuloso da perícia .....	925
7.13 Parcialidade dos assistentes.....	926
7.14 Escusa do perito .....	926

7.14.1	Impedimento e suspeição do perito .....	926
7.14.2	Procedimento da arguição de impedimento e suspeição do perito .....	927
7.15	Substituição do perito .....	928
7.15.1	Sanções ao perito substituído.....	928
7.15.2	Impugnação pelo perito da decisão sobre seu impedimento ou suspeição .....	929
7.15.3	Indicação do perito pelas partes .....	929
7.16	Quesitos suplementares .....	930
7.16.1	Contraditório sobre os quesitos suplementares .....	930
7.17	Quesitos impertinentes .....	931
7.17.1	Exame do quesito impertinente em grau de recurso.....	931
7.18	Quesitos formulados de ofício.....	932
7.19	Dispensa da prova pericial.....	932
7.19.1	Parecer técnico e dispensa da prova pericial.....	932
7.19.2	Documentos e dispensa da prova pericial .....	933
7.20	Perícias por carta.....	934
7.21	Instrução do laudo pericial.....	934
7.21.1	Limitação do poder do perito e dos assistentes técnicos.....	935
7.21.2	Defesa do terceiro diante das determinações periciais.....	935
7.21.3	Prova testemunhal e depoimento ao perito .....	935
7.22	Contraditório na prova pericial .....	936
7.23	Perícia complexa.....	937
7.23.1	Indicação pela parte de mais de um assistente.....	937
7.24	Prorrogação do prazo para entrega do laudo e motivação judicial .....	938
7.25	Início da fluência do prazo para a juntada dos pareceres .....	939
7.25.1	Ciência da juntada do laudo pelo advogado .....	939
7.25.2	Prazo comum de quinze dias para a apresentação dos pareceres e das manifestações .....	939
7.25.3	Apresentação do laudo, dos pareceres e solicitação de esclarecimentos .....	940
7.25.4	Apresentação do laudo e dos pareceres técnicos e esclarecimentos prestados na audiência de instrução e julgamento.....	941
7.26	Perícia por estabelecimentos oficiais .....	941
7.26.1	Perícia sobre a autenticidade de letra ou firma .....	942
7.27	Obrigatoriedade do comparecimento do perito e dos assistentes em audiência.....	942
7.27.1	Pedido de esclarecimentos sob a forma de quesitos.....	943
7.27.2	Legitimados a pedir esclarecimentos.....	943
7.27.3	Quando os esclarecimentos devem ser dirigidos ao juiz e quando devem ser endereçados aos assistentes .....	943
7.27.4	Novos esclarecimentos .....	943
7.28	Valor relativo da prova pericial.....	943
7.29	Segunda perícia .....	944
7.29.1	Objeto da segunda perícia.....	945
7.29.2	Descabimento da segunda perícia .....	946

7.29.3	Segunda perícia e inspeção judicial .....	946
7.29.4	Necessidade de esclarecimento de outro fato ou de prova pericial com outro fim.....	946
7.29.5	Disciplina da segunda perícia.....	947
7.29.6	Coexistência de ambas as perícias.....	947
8.	DA INSPEÇÃO JUDICIAL .....	949
8.1	Primeiras considerações.....	949
8.2	Inspeção judicial a requerimento da parte ou determinada de ofício ....	949
8.3	Objeto da inspeção judicial .....	950
8.4	Fundamentação da inspeção judicial .....	950
8.5	Negativa de sujeição à inspeção.....	951
8.6	Auxílio de perito na inspeção judicial .....	951
8.7	Inspeção direta e indireta .....	952
8.8	Inspeção judicial indireta e prova pericial .....	952
8.9	Inspeções realizadas fora da sede do juízo .....	953
8.10	Melhor verificação dos fatos.....	953
8.11	Impossibilidade de apresentação da coisa em juízo .....	954
8.12	Reconstituição dos fatos.....	954
8.13	Acompanhamento da inspeção judicial pelas partes .....	954
8.14	Auto de inspeção .....	955
8.15	Instrução do auto de inspeção .....	955
	BIBLIOGRAFIA .....	957